



28(1):133-140
jan/jul 2003

RESENHA CRÍTICA

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Discutindo corpo, gênero e sexualidade: isso não nos diz respeito?

**Cláudia Amaral dos Santos
Rosa Maria Hessel Silveira**

“Amor é para sempre / Sexo também // Sexo é do bom... / Amor é do bem...”, diz – entre outros numerosos e inspirados versos – a canção de Rita Lee e Roberto de Carvalho, escrita a partir de uma crônica de Arnaldo Jabor, que embala os ouvidos brasileiros nos primeiros meses de 2004. E é a partir desse mote que iniciamos essa resenha, embora à canção falte a referência ao terceiro elemento enfatizado pelo livro que resenharemos: gênero. Se “gênero” não é referido na canção, isso não importa, quando entendemos as prerrogativas que se concedem à música, à literatura, à canção... Mas, se tal referência falta na reflexão educativa, seguramente o caso torna-se mais sério. Mesmo que questões de gênero apenas recentemente tenham conquistado espaço significativo no campo dos estudos pedagógicos, desde então passaram a representar uma das temáticas mais fecundas para se pensar como a escola contribui para a constituição de subjetividades e trabalha com as diferenças. E é a essa vertente de inegável relevância e contemporaneidade que o livro que passamos a resenhar se filia.

Partindo de três temas atuais – corpo, gênero e sexualidade – as autoras e autores os discutem em conexão com o campo da Educação e, para fazê-lo, assumem como referenciais teóricos os Estudos Culturais, os Estudos de Gênero, os Estudos Feministas e a perspectiva pós-estruturalista de análise. Dentro desse intento, os treze artigos que compõem a coletânea exploram, principalmente a partir do âmbito das pedagogias culturais, como essas operam na constituição do corpo, do gênero e da sexualidade dos sujeitos contemporâneos. Trata-se de trabalhos que resultaram de curso de extensão promovido, em 2003, por dois grupos de estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – e o GRECCO – Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo.

Na breve introdução, as organizadoras discutem o quanto na tradição do humanismo ocidental o corpo tem se constituído como o lugar da natureza, do primitivo, do instintivo, do animal, em oposição ao racional, ao humano, à cultura, à política (de certa maneira, ao “educável”, diríamos). Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que tem sido desqualificado, o corpo tem sido alvo de inúmeros investimentos das práticas escolares e também de outras instituições sociais, como é o caso das pedagogias culturais. A partir disso, segundo as organizadoras, a pretensão do livro é que “ele ajude a formular novas perguntas e, muito, especialmente, que ele faça pensar” (p. 8), objetivo que se apresenta plenamente contemplado nos treze artigos que o compõem.

Partindo de comentários a uma notícia de jornal sobre a crescente obesidade nos Estados Unidos – atribuída, então, à ausência da mãe como “cozinheira” do lar – Dagmar Meyer desenvolve o primeiro texto do livro, intitulado “Gênero e educação: teoria e política”. Buscando defender duas teses inicialmente apresentadas – a da centralidade conceitual, pedagógica e política do gênero e a do caráter não-natural nem definitivo das verdades, mesmo as “científicas” – Dagmar ressalta que, embora o movimento feminista tenha produzido diversas discussões sobre a situação da mulher, o sexo anatômico ainda é constantemente lembrado para explicar e justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Ao traçar um breve e elucidativo histórico do campo de estudos feministas, a autora lembra que foi para questionar tais implicações que algumas teóricas anglo-saxãs começaram a utilizar o termo *gender*, com o objetivo de explicar que as desigualdades de gênero ocorrem devido “(a) os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas” (p. 14). Nesse sentido, o conceito de gênero pretende romper a “colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria ‘naturalmente’ correspondente (...) para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas” (p. 15). A autora do artigo lembra, então, importantes implicações de tal conceito para a área da educação, como o caráter de incompletude e de incessante trabalho na nossa constituição como “homem” ou “mulher”; a

multiplicidade de formas de vivermos a feminilidade e a masculinidade, de acordo com a contingência e outros marcadores sociais como classe, raça/etnia; a importância de considerar as relações de poder entre homens e mulheres e não apenas nos estudos da mulher; e, finalmente, a relevância de uma abordagem mais ampla das instituições e práticas que são atravessadas e constituídas por representações de gênero, o que implica a produção de sujeitos de acordo com tais representações.

O segundo artigo, “A produção cultural do corpo”, assinado por Silvana V. Goellner, focaliza mais detidamente as questões do corpo, pensado como “produzido na e pela cultura” (p. 28) e, portanto, re-construído diversamente conforme os contextos e as épocas. Invocando, além do campo dos Estudos Culturais, o campo da História do Corpo, filiado à Nova História, a autora entende que pensar o corpo dessa forma constitui um desafio – pois rompe “com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado” – e uma necessidade, já que “ao desnaturalizá-lo, revela[-se], sobretudo, que o corpo é histórico, (...) é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções”. Assim como o conceito de educação é ampliado para além da escola, através das pedagogias culturais, Goellner amplia a noção de corpo, ou seja, ele “é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, as imagens que dele se produzem, as máquinas que nele se acoplam, os sentimentos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos” (p. 29).

“Currículo, gênero e sexualidade: o ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’” é o título do terceiro texto da obra, em que Guacira Lopes Louro, partindo de reflexões sobre o desconforto de educadoras e educadores com as idéias atuais de provisoriidade e incerteza, idéias essas motivadas por inesperados e desconcertantes acontecimentos e transformações do nosso mundo, nos convida a um percurso de exame da “constituição de diferença e identidades de gênero e sexuais e (...) sobre as formas como esse processo vem se expressando no campo do currículo” (p. 43). Particularmente elucidativa é a discussão empreendida pela autora sobre os conceitos de centro-margens-excêntrico-fronteiras-relações, a partir da qual ela observa que a contestação ao estabelecido “não pode se limitar a inverter as posições, mas em vez disso, supõe aproveitar o deslocamento para demonstrar o caráter construído do centro – e também das margens!” (p. 43). Após enfatizar o quanto a escola também tem sustentado, através de seus currículos e das suas práticas, um único modo adequado, normal de masculinidade e de feminilidade, e uma forma sadia de sexualidade – a heterossexualidade – o que significa que as formas diferentes dessas são excêntricas (fora do centro), Guacira acena com estratégias mais desestabilizadoras, como “examinar as formas através das quais as diferenças são produzidas e nomeadas” (p. 46). Já no campo da representação da diferença, a autora questiona a benevolência do discurso da tolerância e do respeito, que deveria ser

posto em xeque, uma vez que engloba “atitudes que são exercidas, quase sempre, por aquele e aquela que se percebe superior” (p. 48).

Incidindo lateralmente numa temática que tem freqüentado a mídia, em função da veiculação crescente de notícias de pedofilia, Jane Felipe Neckel aborda a “erotização dos corpos infantis”, em artigo com o mesmo nome. A partir do entendimento de que estamos sendo subjetivadas/os por discursos “permeados por um constante e crescente processo de erotização da sociedade e, em especial, dos corpos femininos” (p. 62) e de que às mulheres (e também às meninas) é endereçado um “constante apelo à beleza, que se expressa através de um corpomagro e jovem (...) aliada sempre ao supérfluo, ao consumo desenfreado” (p. 55), a autora observa que as crianças também têm sido consideradas como consumidoras, ao mesmo tempo em que são apresentadas “como objeto a ser apreciado, desejado, exaltado, numa espécie de ‘pedofilização’ generalizada da sociedade” (p. 56). Após um breve percurso por questões etimológicas, culturais e históricas da pedofilia, Jane aborda alguns exemplos atuais do “encantamento adulto pela infância”, para, ao final, lançar uma questão desafiadora, porque paradoxal e inesperada dentro de nossas “verdades civilizadas”: “afinal, quem é mesmo pedófilo?” (p. 64)

No texto talvez mais programático de todos que compõem o livro – “Educação sexual: possibilidades didáticas” – Jimena Furlani “problematiza o trabalho escolar de discussão das sexualidades e dos gêneros a partir da educação sexual com crianças do ensino fundamental” (p. 67). Embora não cite o movimento do “politicamente correto”, Jimena incorpora princípios nele inspirados, ao sugerir explícita e enfaticamente a intervenção nos usos lingüísticos, em especial os relacionados à questão do gênero gramatical masculino, em Língua Portuguesa, e sua histórica abrangência referencial em relação a mulheres e homens. A autora não teme fazer julgamentos preempatórios de expressões e frases sexistas, assim como atribuir responsabilidades e conseqüências de seu uso, investindo seu texto de um caráter simultaneamente provocativo e polêmico!

Deslocando o olhar da leitora e do leitor para outra “idade da vida”, em “Juventude, escola e mídia”, Rosimeri A. da Silva e Rosângela Soares buscam apontar as formas como tal idade vem sendo produzida na mídia e suas possíveis relações com o mundo escolar. Para isso, valem-se – como objetos de análise – de algumas experiências escolares e da *MTV*, emissora de televisão direcionada a jovens. Recorrendo a algumas pesquisas já realizadas sobre o tema, as autoras enfatizam o quanto a juventude e a sexualidade “são categorias sociais que a mídia explora como indissociáveis uma da outra e como centrais na nossa vida” (p. 86), e como a tarefa da escola de lidar com tais categorias tem sido descrita como difícil e problemática. No entanto, Silva e Soares afirmam que a escola pode ser um espaço muito produtivo para discussões sobre essas temáticas, já que ela “constitui um local de encontro entre jovens, ou seja, um espaço de relações sociais, que pode ser muito interessante e necessário” (p. 92).

É com perspicácia analítica e sensibilidade que Alex B. Fraga, no artigo intitulado “A boa forma de João e o estilo de vida de Fernanda”, realiza, a partir de fragmentos da narrativa de João Paulo Diniz sobre o acidente que vitimou a modelo Fernanda Vogel, veiculada em matéria da revista *Veja*, uma interessante análise do “estilo de vida ativo” contemporâneo. Através da narrativa de João Paulo, que conseguiu sobreviver à queda do seu helicóptero no mar por ter nadado até à praia, é valorizado seu estilo de vida esportivo, enquanto Fernanda é sutilmente culpabilizada pela própria morte, por possuir uma “vida sedentária”. Para Alex, “o discurso da atividade física articulado à saúde muda de enfoque, torna-se mais mórbido: ao mesmo tempo em que condena o excesso, também responsabiliza o sedentário pelo destino decorrente do estilo de vida adotado” (p. 98). Também não falta à análise da entrevista do sobrevivente a identificação da “culpa de gênero” da Fernanda – atualizam-se, mais uma vez, a noção de que falta algo às mulheres e a reiteração da posição da mulher como um “sujeito deficitário”. Nesse sentido, o autor enfatiza que “o estilo de vida ativo, mais do que uma simples opção pessoal pela prática de exercícios regulares em prol da saúde, de modo muito sutil, inscreve nos corpos normas de conduta e comportamento que refletem discriminações sociais de gênero, sexualidade, etnia, classe, geração” (p. 102). Deve-se acentuar ainda, a valorizar o texto de Alex, o jogo de mesclas entre um estilo narrativo e descritivo ficcional – tornando “reais” as cenas agora apenas imagináveis – e um estilo mais “neutro”, tradicionalmente tido como acadêmico. E é dentro desse jogo textual que a leitora e o leitor são provocados não só para pensar, mas também para imaginar, para sentir, para reviver essa situação-limite, na qual “sobre o corpo de Fernanda (...) a performance de João reluz”.

Também relacionado à questão dos discursos sobre o corpo e as práticas corporais desejáveis na contemporaneidade, o texto “Mídia impressa e educação de corpos femininos”, de Sandra Andrade, apresenta a análise da seção “Desafio de verão”, veiculada pela revista *Boa Forma*, relacionando-a com outras matérias de importantes veículos da mídia impressa, as quais “prescreve(m) dietas alimentares de emagrecimento com a indicação de alimentos mais saudáveis e as melhores escolhas” (p. 112). A partir disso, a autora procura indicar como a “revista, ao se apresentar como guia, pretende direcionar, governar e servir de regra a fim de estimular o autodisciplinamento, o autocontrole”, funcionando como um legítimo “guia norteador das condutas femininas”.

É ainda na mídia impressa, mas agora na revista *Capricho* – objeto de outras conhecidas análises no âmbito acadêmico brasileiro – que Márcia L.M. Figueira vai buscar material para analisar “a construção do corpo adolescente feminino contemporâneo” (p.127). Trata-se do estudo “A revista *Capricho* e a produção de corpos adolescentes femininos”, o qual compreende análises em que “a temática da beleza (...) se confunde com a saúde, a atividade física [é vista] como um espaço privilegiado de construção do corpo [e há] a constante referência à

moda como uma atividade a balizar a aparência e evidenciar comportamentos e a ênfase ao *look*, com uma maneira de garantir um estilo pessoal e único” (p. 131).

No texto “*Fica Comigo Gay*: o que um programa de TV ensina sobre uma sexualidade juvenil?”, Rosângela Soares analisa um episódio do programa *Fica Comigo*, veiculado pela *MTV*, especificamente a versão *gay*, levada ao ar em agosto de 2001, procurando discutir como tal programa indica a forma como a *MTV* – conhecida emissora de TV voltada exclusivamente para o segmento juvenil – conceitualiza a “sexualidade na e para a juventude”. Na análise do programa específico, em que se vale de informações acessórias da própria emissora, sobre os cuidados tomados em sua produção, a autora aponta o “paradoxo que marcou o programa *gay*: a excepcionalidade, e ao mesmo tempo, a proximidade em relação a programas heterossexuais do *Fica Comigo*”, afirmando que “o programa *gay* foi ao ar depois de ficar o mais próximo possível de uma relação amorosa considerada como ‘normal’ e que isso poderia estar indicando que sua concepção estava ancorada em um referencial heterossexual normativo” (p. 140). Apesar de acentuar o caráter heteronormativo do programa analisado e ancorando-se em relevantes discussões sobre a “normalidade” e seus “limites”, Rosângela ressalta a importância de tais produtos da indústria cultural na produção e veiculação de outras identidades.

Em “Gênero e sexualidade para consumo”, Ruth Sabat estabelece como objetivo “indicar pistas que possibilitem olhar para a publicidade como um mecanismo eficiente na produção das identidades de gênero e sexual” (p. 149). Assim, a partir de questões recorrentes no campo publicitário, como a onipresença das imagens, a relação entre imagem e texto verbal, a avassaladora presença dos próprios anúncios publicitários, as representações de homens e mulheres neles presentes, a escolha dos signos dominantes numa sociedade para figurarem nos anúncios e a sua estrutura simbólica, a autora descreve – sem particularizar sua análise – a publicidade como uma pedagogia cultural imbricada num currículo cultural, pedagogia essa “que é composta por um repertório de significados que, por sua vez, constroem e constituem identidades culturais hegemônicas” (p. 157).

“Gênero e sexualidade nos desenhos da *Disney*” é o título escolhido por Claudia Rael para seu trabalho, em que analisa a construção de um ideal de feminilidade veiculado nos desenhos *A Pequena Sereia* (1989), *A Bela e a Fera* (1991) e *Mulan* (1998). Observando que, nesses desenhos, muitas cenas e canções “dizem” o que é ser homem e o que é ser mulher, a autora registra o quanto ser “a garota ideal” consiste, nesses artefatos, em ser sensível, dócil, paciente, afetiva, sendo que muitos desses atributos são referidos explicitamente como desejáveis pelos personagens masculinos. Ainda que não examine os efeitos dos desenhos sobre as identidades infantis de gênero, Cláudia ressalta a importância da discussão dos mesmos, haja vista a reiteração com que eles se articulam às vivências infantis contemporâneas, inclusive sendo utilizados nas esco-

las. Lembra a autora que eles são “instâncias que colocam em circulação uma determinada representação de sexualidade e de gênero as quais, na maior parte das vezes, não questionamos” (p. 171).

Um cenário em que parecem se mesclar cenas de filmes recentes de ficção científica a notícias regulares de “avanços” da medicina e da genética, a práticas de manipulação corporal cada vez mais corriqueiras nas classes médias desse início do século XXI – cirurgias plásticas não reparadoras, formas novas de concepção, práticas de manipulação genética – é o que nos traz Edvaldo S. Couto no último texto do livro: “Corpos modificados: o saudável e o doente na cibercultura”. Leitoras e leitores não afeitos às discussões sobre modelos ciborgues e sobre as projeções e projetos da tecnociência seguramente se sentirão perturbados – em suas certezas mais básicas, como a de que temos um (1) corpo habitado por uma psiquê, ou um espírito, ou uma alma, e que a ele estamos irremediavelmente condenados do nascimento à morte –, com a leitura do texto, cujo objetivo é o de apresentar “o teor dos debates sobre anacronismo e as reconfigurações do corpo, com destaque para a compreensão do que significa ser saudável e ser doente na cibercultura” (172-173). A partir de autores como o artista australiano Sterlac, o filósofo Paul Virilio e o cientista Ray Kurzweil, Edvaldo traz reflexões instigantes sobre a obsolescência do corpo tal como o conhecemos, mostrando que ele “se tornou o lugar por excelência das tecnologias” (p. 172) e detalhando as formas como o corpo (tradicional) está passando de objeto de desejo para objeto de projeto. Na nova configuração humana, em que há uma progressiva “colonização da intra-estrutura do corpo”, verifica-se uma simbiose homem-máquina, o que justifica na atualidade o termo pós-humano, já que estaríamos, no século XXI, “reinventando a vida, determinando uma outra natureza para a espécie” (p. 176), projetando um “corpo mais autônomo, eficiente e durável” (175). Nessa nova lógica, os “corpos válidos” seriam aqueles que são flexíveis e recicláveis (atualizados pela tecnologia), enquanto os “in-válidos” seriam os defasados (configuração biológica tradicional). Assim, saúde passa a significar prevenção, enquanto doença é vista como desleixo. O ser saudável “é aquele que transgride, se programa (...) e se enquadra conforme os modelos e as exigências do pós-humano” (p. 185). Cada vez mais, para o autor, fecha-se o hiato entre a imaginação (a projeção do que um dia poderá ser feito...) e o que pode ser realizado. Ainda que em seu texto Edvaldo não faça referências às dimensões pedagógicas de suas reflexões, saltam aos nossos olhos (e ainda bem que, ao falar em “olhos”, estamos usando uma metáfora, pois se a referência fosse literal, talvez já caducasse no mundo tecnológico esboçado pelo autor) o poder e a força de tais mudanças de entendimento sobre nossos corpos, nossas vidas, nossas fronteiras subjetivas e, em decorrência, sobre nossas práticas sociais, culturais e educativas.

A partir dessa rápida trajetória pelas páginas dos artigos que compõem o livro, cremos que foi possível rastrear a variedade e a relevância das temáticas

que eles abordam, ao lado de uma inspiração teórica, se não homogênea, ao menos não conflitante. Como é comum em coletâneas dessa natureza, o rigor, a profundidade, a originalidade e, mesmo, a qualidade textual dos diferentes estudos é desigual, o que não retira da obra, em sua integralidade, a relevância merecida, tanto no espaço acadêmico que discute tais questões, quanto para as professoras e professores que cotidianamente se debatem com questões de gênero, corpo e sexualidade (o que, de certa maneira, poderia ser sinônimo de... “todas e todos”). A variedade de materiais – revistas de títulos variados, programas de TV, desenhos animados, anúncios publicitários, notícias de jornal etc –, perscrutados por alguns dos autores e autoras, ao lado das práticas corriqueiras também por eles citadas em seus artigos, apenas corrobora a importância de se questionar essas outras instâncias que, além da escola, também constituem e produzem os sujeitos, regulando e governando suas ações, seus comportamentos, desejos e corpos. Nesse sentido, vale a pena lembrar Louro (1995) quando define as questões de sexo, corpo, gênero e sexualidade como proposições perturbadoras, que nos desafiam “a pensar a educação de homens e mulheres, meninos e meninas para muito além dos limites que a temos pensado” (p. 127). E, voltando ao título dessa resenha, diríamos que seria muito difícil, após a leitura do livro, fazer de conta que isso (corpo, gênero e sexualidade) não nos diz respeito, ou como educadoras ou educadores, ou, simplesmente, como habitantes deste século.

Referências Bibliográficas

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 101-132

Claudia Amaral dos Santos é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rosa Hessel Silveira é professora colaboradora convidada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora adjunta da Universidade Luterana do Brasil.

Endereço para correspondência:

Cláudia Amaral dos Santos
Rua Monroe 181/53
90810-220 – Porto Alegre – RS
E-mail: camarals@yahoo.com.br

Rosa Maria Hessel Silveira
Rua Nilo Peçanha, 1452/301
91 330-000 – Porto Alegre
E-mail: rosamhs@terra.com.br